



QUEM ÉS TU, TRABALHADOR? ANÁLISE DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR DO SÉCULO XXI

WHO ARE YOU, WORKER? ANALYSIS OF 21st CENTURY WORKER IDENTITY

Stéfani Clara da Silva Bezerra*

Gretha Leite Maia de Messias**

RESUMO

Partindo da reflexão de Alice no País das Maravilhas, o artigo reflete sobre a identidade do trabalhador no século XXI. Analisa o esvaziamento axiológico identitário no contexto do atual modelo de produção capitalista. Com o fito de discorrer criticamente sobre a crise identitária do trabalhador do século XXI, realiza uma pesquisa qualitativa e de levantamento bibliográfico. Ao final, constata que o rompimento com previsibilidade e segurança aliadas à modernidade dão azo à perda de um referencial e, portanto, à crise de identidade que assombra os indivíduos da atualidade que já não se reconhecem com o ofício empreendido.

Palavras-chave: Crise identitária; Trabalhador; Homo faber; Esvaziamento axiológico; Ambiente de trabalho.

ABSTRACT

Starting from the reflection of Alice in Wonderland, the article reflects on the identity of the worker in the 21st century. It analyzes the axiological emptying of identity in the context of the current model of capitalist production. With critical speech the identity crisis of the 21st century worker, it carries out a qualitative research and bibliographic survey. In the end, it finds that the rupture with predictability and security allied to modernity give rise to the loss of a reference and, therefore, to the identity crisis that haunts individuals today who no longer recognize themselves with the craft undertaken.

Keywords: Identity crisis; Worker; Homo faber; Axiological emptying; Workplace.

* Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Processo e Direito ao Desenvolvimento pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Tecnológica de Palmas (FTP). Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora do curso de Direito da Faculdade Princesa do Oeste (FPO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6789-318X>. E-mail: stefani.clara@fpo.edu.br.

** Doutora em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora adjunto III lotada no departamento de direito processual da Fadir - UFC. Pesquisadora do projeto cientista chefe da cultura funcap. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6908-1772>. E-mail: grethaleitemaia@gmail.com.





1 INTRODUÇÃO

A história de Alice no País das Maravilhas releva consigo uma crise identitária da pequena Alice que foge para um mundo alternativo em busca de compreender a si mesma e o que essa faz no mundo. O conto disruptivo traz consigo uma forte reflexão baforada pela boca da lagarta que indaga a uma Alice curiosa: “quem és tu?”. A priori, o simples questionamento parece bobo à vista do leitor. Todavia a resposta da menina que não sabe dizer, naquele momento, quem é, traz uma perspectiva mais complexa ao diálogo mantido com a lagarta. Alice, desde o ingresso no país das maravilhas, passou por tantas “mudanças de tamanho”¹ que se tornou incapaz de compreender quem seria naquele exato momento. A menina era incapaz de explicar à lagarta quem era, pois já não seria a mesma de outrora. É como se as inúmeras alternâncias de tamanho tivessem tirado de Alice o referencial contínuo e linear que possuía no mundo onde vivia.

Partindo desse ponto de reflexão, convidamos o leitor a refletir sobre a identidade de um indivíduo que, desde os primórdios da concepção do ofício humano em função de uma lógica produtiva seja de sobrevivência ou de acumulação de riquezas, foi chamado de trabalhador. Assim como suscitamos, ainda, a premente investigação do esvaziamento axiológico identitário no contexto do atual modelo de produção capitalista.

Tal qual Alice, precisamos explorar e, até mesmo, divagar na realidade disruptiva que permeia a lógica produtivista ligada ao trabalho para, só então, alcançarmos a identidade do indivíduo cunhado de trabalhador. Será que somos capazes, atualmente, de nos olharmos no espelho e nos determinarmos como profissionais ligados a uma determinada categoria ou de simplesmente auto categorizarmos independentemente de um referencial laboral? O que tomamos como referência quando nos apresentamos diante da sociedade? Ainda dispomos de uma identidade laboral?

¹ A expressão faz menção à literatura “*coming of age*” que trata da adolescência, ou seja, o momento de transição da infância para a fase adulta. Recomenda-se a leitura do livro “A criação da juventude: Como o conceito de teenage revolucionou o século XX” de Jon Savage.

Com o fito de discorrer criticamente sobre a crise identitária do trabalhador do século XXI, o presente artigo se propõe a realizar um estudo exploratório e descritivo. Para tanto, realizaremos uma pesquisa qualitativa, proporcionada por um levantamento bibliográfico de obras ligadas à filosofia do trabalho, artigos científicos e trabalhos monográficos.

Iremos apresentar o tema em questão partindo da concepção histórica do indivíduo como *homini opus* e sua relação de pertencimento social em função da sua identidade laborativa. Em seguida, faremos uma breve incursão pela história dos modelos de produção e abordaremos sua respectiva relação com as transformações identitárias sofridas pelo trabalhador. Por fim, traremos o atual sistema de produção capitalista e a consequente ruptura do trabalho como classificador identitário do homem.

2 A CONCEPÇÃO IDENTITÁRIA DO HOMEM COMO *HOMINI OPUS*

Antes de tratar sobre a concepção identitária do homem como *homini opus*, falaremos brevemente sobre o princípio da identidade de Heidegger. Mas, para proporcionar uma melhor compreensão deste, recorreremos à história de Lewis Carroll, “Alice no país das maravilhas”:

A lagarta e Alice olharam-se por algum tempo em silêncio. Por fim, a Lagarta tirou o narguilé da boca e dirigiu-se a Alice com uma voz lânguida e sonolenta. “Quem és tu?”, disse a Lagarta. [...] Alice respondeu um pouco tímida: “Eu... eu... no momento não sei, minha senhora... pelo menos sei quem eu era quando me levantei hoje de manhã, mas acho que deve ter mudado várias vezes desde então”. “O que você quer dizer?”, disse a Lagarta ríspida. “Explique-se!”. “Acho que infelizmente não posso me explicar, minha senhora”, disse Alice, “porque já não sou eu, entende?”. “Não entendo”, disse a Lagarta. “Receio não poder me expressar mais claramente”, respondeu Alice muito polida, “pois, para começo de conversa, não entendo a mim mesma. Ter muitos tamanhos num mesmo dia é muito confuso.” (CARROLL, 2010, p. 62-63).

Vemos que o diálogo mantido entre Alice e a Lagarta se baseia em uma questão identitária. Quem seria Alice naquele momento? Ao revés do que podemos imaginar e simplesmente responder que Alice seria apenas Alice, a resposta da criança à indagação feita pela Lagarta remete ao princípio da identidade de Heidegger (2018), uma vez que foge da simplificação da fórmula $A = A$.



De acordo com o mencionado filósofo, a simbologia “=” implica afirmar que existe uma relação de igualdade entre A e A. Isso seria uma concepção equivocada do princípio da identidade (HEIDEGGER, 2018). A fórmula mais adequada seria, portanto, A é A, ou seja, cada A é ele mesmo o próprio A. Em cada identidade, reside a relação “com” que implica uma ligação e, no caso em tela, uma união consigo mesmo. O princípio da identidade, portanto, fala do ente enquanto ser. De forma que essa unidade da identidade consiste em um traço essencial e intrínseco ao ser do ente. A identidade seria, assim, indissociável deste indivíduo.

Exposto, brevemente, o discurso identitário ligado ao homem enquanto ente, chamamos a atenção ao ser coletivo, ou seja, ao pertencimento deste. Segundo Aristóteles (2015), o homem é um ser social. Ainda que possua uma natureza egoísta e individual, o ser humano busca a relação com o outro para deixar de se sentir impotente. Ele deseja ser notado em toda a sua máxima como indivíduo. É nesse contexto que percebemos o papel do *homini opus* como categorizador do homem na sociedade e, por conseguinte, seu pertencimento à coletividade como alguém provido de um determinado papel social.

Sob o ponto de vista da filosofia e da psicanálise, o homem, enquanto indivíduo, carece de uma identidade. Essa, por seu turno, é construída a partir da relação daquele com a sociedade, ocasião em que apresenta diferentes papéis perante as mais diversas situações, como bem expõe Erving Goffman (2014). No âmbito do labor, uma identidade surge: a do trabalhador.

Há muito, o pensamento humano atribui significado ao trabalho. Da noção de labor à noção de trabalho como emprego, passa por compreensões do trabalho como a satisfação de estar vivo e pertencer ao ciclo produtivo, na perspectiva arendtiana, e da exploração do trabalho alienado e penoso, no marxismo. Assim, se o animal humano possui uma consciência de produtividade, como as abelhas e as formigas, fabuladores que são, os humanos lhe querem atribuir um sentido. Por isso, é permanente o questionamento sobre o que está acontecendo com o trabalho humano.

De acordo com Hannah Arendt (2001), o homem se identifica com o labor ao longo de sua vida, uma vez que o processo de trabalho chega ao fim quando da criação do objeto, ao passo que o labor se imiscui ao processo biológico do organismo vivo. O fim da fadiga e do sofrimento relacionado ao labor só chegaria ao fim com a morte desse indivíduo.

No pensamento cristão, na cidade de Deus somos todos irmãos. Filhos de um mesmo Pai, somos todos trabalhadores, condenados a comer o pão com o suor do rosto: um penar, uma



expição de culpa. Esse cristianismo primitivo, para explicar o espanto biológico de serem dois dessa espécie, e que um dos dois “modelos” sangra todo mês, concebe e gesta e ainda amamenta a cria, elabora um fundamento de culpa maior para “ela”, porque maior era seu penar. Assim, de par com o trabalho, há no cristianismo a tarefa de adorar e uma versão da sociedade fundada sob a relação Deus-humanos-trabalho se traduz na máxima de que “mais vale a quem Deus ajuda do que a quem cedo madruga”.

Com as transformações da concepção do que era o trabalho, opera-se a inversão que diz “Deus ajuda a quem cedo madruga”: mais vale o trabalho do que a veneração, e a classe que vive para adorar talvez já não deva ser sustentada pelos que laboram a terra. É o momento de virada da sociedade medieval do ocidente europeu, segmentada em clérigos, guerreiros e camponeses, para a sociedade moderna do trabalho: muda-se um *ethos*. Com essa remissão, quer registrar-se que a filosofia católica medieval não foi indiferente ao lugar do trabalho humano, elaborando para ele um significado em meio a uma proposta de divisão de tarefas na qual a maior parte das pessoas tirava da terra as condições de existência material de todos.

Outros significados foram sendo atribuído ao trabalho. Tido como aquilo que dignifica o homem, a partir da *Rerum Novarum*, desse significado se desdobra a proibição de trabalho escravo e em condições que tiram ou não garantam a dignificação que o trabalho deve ter. Esse movimento que transforma o trabalho de penar em dignidade é protagonizado pelas lutas da classe trabalhadora, suas reivindicações e revoltas.

De acordo com a filosofia marxista do trabalho, a apropriação dos meios de produção é o ponto de inflexão que transforma completamente o mundo do trabalho moderno. O trabalho se converte naquilo que se vende: o trabalhador vai ao “mercado de trabalho” vender sua força produtiva; por um preço, uma jornada, um salário. Esse agir é completamente diferente de produzir um bem e vendê-lo no mercado de bens, enquanto o produto do seu trabalho. E por apropriação dos meios de produção entende-se também o cercamento dos campos, um processo que se inicia concomitantemente ao ingresso do continente americano na história europeia e que continua em marcha globalmente. A revolução industrial completa e sedimenta as mudanças no mundo do trabalho moderno.

Portanto, esse complexo sistema econômico e social que se convencionou chamar de capitalismo tem como um de seus maiores significantes uma transformação radical no trabalho humano e, por conseguinte, a compreensão identitária do indivíduo enquanto *hominis opus*.



3 OS MODELOS DE PRODUÇÃO E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO *HOMINI OPUS*

O trabalho humano foi passando por inúmeras transformações no transcurso do tempo. Saindo de uma conformação social mais simples, fundada em uma economia pautada na agricultura familiar, até ganhar seus contornos mais complexos, o elaborado sistema de produção capitalista dotado de inúmeros aparatos tecnológicos.

Cada nova fase produtiva desencadeou a procura e o fomento do desenvolvimento de características peculiares no trabalhador. Tanto o Taylorismo como o Fordismo faziam jus à demanda da força de trabalho material, na qual seus empregados desempenhavam funções repetitivas e mecânicas, sem qualquer esforço intelectual. O homem, naquela ocasião, fazia parte do chão de fábrica, confundindo-se com as próprias máquinas no processo produtivo.

A priori, temos um indivíduo identificado como operário, pertencente a um determinado setor e que realiza uma função específica, tal qual Charles Chaplin em “Tempos Modernos”. O trabalho era previsível e facilmente controlado. O indivíduo, consoante os mencionados modelos de produção, era desprovido de subjetividade em virtude do nivelamento das suas qualidades para o desempenho de ofício simples e repetitivo, ocasião em que se tornavam “peças” perfeitamente ajustáveis à divisão técnica do trabalho. A organização laboral, por seu turno, era tipicamente hierárquica, onde cada empregado era vinculado a uma atribuição específica (LAZZARATO; NEGRI, 2001; RIFKIN, 1995).

O Fordismo remonta ao início do século XX. O período em questão foi marcado pela previsibilidade, controle, disciplina e hierarquia (SANTOS, 2016). A previsibilidade consistia na repetição lógica do sistema. Assim como os operários nas esteiras de produção sabiam qual a próxima peça sairia da máquina, repetindo todo um ciclo, sua carreira também seguia uma lógica linear e coordenada. O controle se traduzia na imposição de um ritmo de produção. Os relógios fixos sinalizavam o momento de início e de término das atividades. Enquanto se encontravam dentro daquele período, os operários eram submetidos a um gerente e/ou a um administrador. Isso reforça a concepção de uma identidade regida pela disciplina e hierarquia.



Do ponto de vista hierárquico, a fábrica era dividida entre os trabalhadores pensantes (gerentes e administradores) e os não pensantes (operários). De plano, observamos uma espécie de divisão socio-laboral que repercute na própria conformação identitária social. Há indivíduos que “nasceram” para executar serviços intelectuais e, portanto, ter uma vida privilegiada e outros que estariam destinados ao chão de fábrica. De forma que esse ciclo era reproduzido geração após geração, perpetuando a estratificação social.

Ainda no século XX, assistimos ao surgimento do modelo de produção Toyotismo. Um pouco diferente do seu antecessor, este buscava otimizar a produção, através da integração dos setores e da descentralização das decisões (SANTOS, 2016). No tocante às relações laborais, era exigido dos profissionais uma maior qualificação, a capacidade de trabalhar em equipe e lealdade à empresa (SANTOS, 2016).

Uma das principais características do Toyotismo e que tem repercussão na construção identitária do trabalhador é a descentralização das decisões, conformação viabilizada pela disposição do sistema através de redes. Vemos que essa descentralização torna a estrutura da hierarquia e do controle um pouco mais flexível, uma vez que a ordem não emana de um sentido vertical. Essa horizontalização, acrescida do trabalho em equipe, pode ser vista como uma nova forma de controle, o difuso. Os indivíduos passam a ser estimulados a pertencer a grupos situados fora do ambiente fabril, mas, ao mesmo tempo, formado pelos próprios empregados. Assistimos, assim, à utilização do poder simbólico² como controle difuso daqueles indivíduos. A identidade do trabalhador passa a ter como referencial o grupo social, político, religioso e familiar ao qual pertence.

Antes de avançarmos na história do sistema de produção capitalista, cumpre uma breve menção ao modelo *Stakhanovismo* desenvolvido na União Soviética como uma reação ao fracasso da racionalização da produção, em especial, do Taylorismo no âmbito da URSS. O *Stakhanovismo* surgiu como uma campanha do governo da URSS para comemorar o dia do trabalho. O propósito era “mostrar os ‘milagres’ que o entusiasmo revolucionário dos trabalhadores poderia gerar desde que fosse devidamente canalizado.” (LUCAS, 2015, p. 181).

O principal mote da campanha *stakhanovista* era exaltar os trabalhadores que conseguiam obter recordes de produção, elidindo, assim, um dos principais problemas da

² Cf. O Poder Simbólico de Pierre Bourdieu.



economia soviética, qual seja, o limite técnico e a postura conservadora e burocrática dos dirigentes das fábricas que se recusavam a ouvir as sugestões dos trabalhadores (LUCAS, 2015).

Iniciada em 1935, a campanha teve como seu primeiro recordista o mineiro Alexei Stakhanov que foi capaz de provar que a canalização da força de trabalho era suficiente a aumentar a produtividade (LUCAS, 2015). O êxito da empreitada rendeu ao trabalhador reconhecimento nacional. Tido por herói nacional, no contexto na União Soviética, o seu feito motivou inúmeros outros trabalhadores a buscar a eficiência máxima nos seus ofícios.

Podemos compreender que a campanha *stakhanovista*, valendo-se do sentimento de nacionalismo daqueles trabalhadores, conseguiu potencializar a produtividade do país. No contexto da União Soviética, pode-se afirmar que a identidade do trabalhador estava estritamente ligada ao sentimento de nacionalismo. Ainda que aqueles indivíduos não vislumbrassem melhoria salarial, o mero reconhecimento como heróis nacionais era recompensa suficiente ao sacrifício realizado em prol da produtividade. A identidade do trabalhador foi utilizada pelo mencionado modelo como força motriz de eficiência produtiva.

Empós, voltando ao cenário global, temos o fenômeno da globalização, fortemente difundido com o término da Guerra Fria no final do século XX. De acordo com Ianni (1996, p. 46), “as economias das nações do ex-mundo socialista transformaram-se em fronteiras de negócios, inversões, associações de capitais, transferências de tecnologias e outras operações, expressando a intensificação e a generalização [...] das formas de reprodução” a nível global. Uma vez que tal processo interferiu diretamente no sistema produtivo das mais variadas nações, Bezerra (2020) acredita que essa abertura, a nível mundial, repercutiu diretamente no âmbito organizacional das relações de trabalho.

A globalização, atrelada à tecnologia, inaugura um novo capitalismo, onde “os mercados de ação globais ou o livre comércio, [...] [afetam] a vida emocional das pessoas [dentro] e fora do local de trabalho.” (SENNETT, 2007, p. 25). Essa característica, de acordo com Rifkin (1995), é o que se pode denominar de impessoalidade no ambiente de trabalho.

Outrora, conforme vimos em momento anterior, o caráter do trabalhador expressava-se no ambiente de trabalho, na sua forma de agir e interagir com os demais colegas que cooperavam entre si como se fossem uma comunidade. Com a inserção da tecnologia no ambiente de trabalho e a conseqüente automação das atividades, Sennett (2007, p. 79) aponta



que “operacionalmente, tudo é muito claro; emocionalmente, muito ilegível.”. Complementa o autor dispondo que esses trabalhadores acabam se tornando dependentes dos técnicos, responsáveis pela manutenção destas máquinas, ocasião em que não possuem mais conhecimento prático sobre o processo de produção. “O trabalho não é mais legível para eles, no sentido de entender o que estão fazendo.” (SENNETT, 2007, p. 80).

O trabalho, de acordo com Rifkin (1995, p. 215), “é muito mais do que uma medida de renda: para muitos é a medida essencial de automerrecimento. Estar desempregado é sentir-se improdutivo e cada vez mais imprestável.”. A identidade do trabalhador é dada pela sua capacidade de laborar e gerar uma renda. Porém esse referencial, na atualidade, encontra-se sob risco de desaparecimento em razão das novas conformações laborais em vista dos avanços tecnológicos. A despersonalização no ambiente de trabalho, consoante será visto, corrobora à transitoriedade dos trabalhadores e à segregação no próprio local de trabalho. Então, no século XXI, qual será o referencial identitário do trabalhador?

4 NO SÉCULO XXI, QUEM ÉS TU, TRABALHADOR?

“Não realizei sonho nenhum, nunca tive casa própria, carro, nada. Só comi e vivi. Com os 997 reais que ganho, não tem como fazer financiamento.” (SINDSEP, 2021, n.p.). Abrimos o presente tópico com a fala de um trabalhador comum e que, assim como muitos, é considerado como um invisível na sociedade. Em um primeiro momento, a mera sobrevivência era suficiente àqueles indivíduos que destinavam todas as horas do seu dia nas fábricas. Comer e viver era o único mote que guiava a vida do trabalhador.

O ofício, de acordo com Rifkin (1995, p. 215), “é muito mais do que uma medida de renda: para muitos é a medida essencial de automerrecimento. Estar desempregado é sentir-se improdutivo e cada vez mais imprestável.”. Na atualidade, é possível se deparar com uma ressignificação deste ou, mais precisamente, no seu esvaziamento axiológico.

Vimos que, com o transcurso do tempo, o modelo produtivista foi ganhando contornos mais complexos e uma nova lógica social foi incutida na sociedade, o consumo como objeto de realização pessoal. A identidade do sujeito relaciona-se, agora, à sua capacidade de adquirir bens. Temos uma descentralização identitária. Segundo Bendassolli (2007, p. 157):



[...] a construção do sentido do trabalho, bem como a identidade a ele associada, depende de interesses pragmáticos das organizações empresariais e do discurso gerencialista que lhe está a serviço – esses interesses dizem respeito a uma “política de identidade”: constrói-se a identidade como resposta às necessidades das próprias organizações. Assim, a “centralidade” do trabalho é uma construção discursiva destinada a vincular, de um lado, a identidade, a cultura e os valores e, de outro, os interesses econômicos da empresa.

A partir dessa concepção de construção identitária do trabalhador em razão do próprio sistema, Bendassolli (2007), ao se referir ao modelo atual, trata da “desmontagem do trabalho”. Mas, afinal, no que consistiria esse desmonte e como isso se relaciona com a crise identitária do trabalhador? Nas palavras de Bauman (2005, p. 27, tradução nossa):

Inicialmente, o trabalho era oferecido como a principal ferramenta para lidar com essa nova e moderna tarefa. A procurada e diligentemente construída identidade social teve como principais determinantes as aptidões para o trabalho, o local de emprego e o esquema de carreira vinculado ao emprego. A identidade, uma vez selecionada, tinha que ser construída de uma vez por todas, para a vida, e assim o era, em princípio, pelo menos, o emprego, a vocação, o trabalho vitalício. A construção da identidade deveria ser estável e consistente, passando por uma sucessão de estágios claramente definidos (não é de se admirar que a metáfora de 'construção' foi escolhida para transmitir a natureza do 'trabalho de identidade' a ser feito), e assim foi o trabalho- carreira. O itinerário fixo da carreira de trabalho e os pré-requisitos para a construção da identidade ao longo da vida se encaixam bem. Uma carreira de trabalho estável, durável e contínua, logicamente coerente e bem estruturada não é mais uma opção amplamente disponível. Apenas em casos relativamente raros, uma identidade permanente pode ser definida, quanto mais protegida, por meio do trabalho executado. Empregos permanentes, bem protegidos e garantidos são agora uma raridade. Os empregos do antigo caráter "vitalício", às vezes até hereditários, estão confinados a algumas indústrias e profissões antigas e estão diminuindo rapidamente em número. As novas vagas tendem a ser a termo, até novo aviso e a tempo parcial. Frequentemente, estão combinadas com outras ocupações e privadas de qualquer salvaguarda de continuidade, quanto mais de permanência. A palavra de ordem é flexibilidade, e essa noção cada vez mais em voga significa um jogo de alugar e demitir com poucas regras anexadas, mas com o poder de mudar as regras unilateralmente enquanto o jogo ainda está sendo jogado³.

³ Texto original: Initially, work was offered as the prime tool in coping with this new, modern duty. The sought-after and diligently built social identity took working skills, the site of employment and the career scheme attached to employment as its major determinants. Identity, once selected, had to be built once and for all, for life, and so was in principle at least the employment, the vocation, the life-work. The building of identity was to be steady and consistent, proceeding through a succession of clearly defined stages (no wonder the metaphor of 'building' was picked to convey the nature of 'identity work' to be done), and so was the work-career. The fixed itinerary of work-career and the prerequisites of lifelong identity construction fit each other well. A steady, durable and continuous, logically coherent and tightly structured working career is however no longer a widely available option. Only in relatively rare cases can a permanent identity be defined, let alone secured, through the job performed. Permanent, well guarded and assured jobs are now a rarity. The jobs of the old, 'for life', sometimes even hereditary, character are confined to a few old industries and old professions and are rapidly shrinking in number. New vacancies tend to be fixed term, until further notice and part-time. They are often combined with other occupations, and deprived of any safeguards of continuity, let alone of permanence. The catchword is



Não se vislumbra mais a “profissão de carreira”. Os postos de trabalho já não são permanentes e nem garantidos. Na atualidade, observamos uma transformação dos princípios morais e o deslocamento do dinheiro para o centro do sistema, passando a funcionar como força motriz (BENDASSOLLI, 2007). Isso trouxe grandes repercussões ao valor e à dignidade humana, deslocando a subjetividade do indivíduo para a esfera do consumo. Você é o que possui. A identidade é deslocada para os bens adquiridos.

Essa lógica inserida no inconsciente social pode ser bem observada e compreendida pelas palavras de Marcuse, ao discorrer sobre a ideologia de uma Sociedade Industrial avançada. O mencionado autor pontua que os controles sociais demandam um domínio “repressivo”⁴ coadunado na “necessidade irresistível de produção e consumo de supérfluos; [...] de trabalho imbecilizante [...]; a necessidade de manter liberdades enganosas como a livre concorrência com preços administrados [...] [e como] a livre escolha entre marcas idênticas.” (MARCUSE, 2015, p. 46).

A lógica empreendida por esse novo sistema faz com que os indivíduos se reconheçam nas suas próprias mercadorias. O controle social, nesse contexto, “está ancorado nas novas necessidades que essa sociedade produziu.” (MARCUSE, 2015, p. 47). Esse modelo de controle é tão eficaz e tende à permanência porque os próprios indivíduos, a ele submetidos, identificam-se com as “necessidades” que lhes são apresentadas, ocasião em que não há motivos que levem à discordância. Outro ponto também relevante é que o próprio processo leva à substituição de um sistema de pré-condicionamento por outro quando o anterior vai perdendo sua eficácia. E como é possível libertar-se dessa lógica e recuperar a identidade do trabalhador? Como este indivíduo poderá se reconhecer como um ser individual e coletivo?

Marcuse (2015) aponta uma possível solução ao indicar que o abandono da satisfação repressiva apresentada pelo sistema pode vir a ser rompida com a substituição das necessidades artificiais pelas verdadeiras. Porém, no cenário atual, onde o modelo de produção funciona sob a lógica da monetarização, o que pode ser concebido como necessidade verdadeira?

flexibility, and this increasingly fashionable notion stands for a game of hire and fire with very few rules attached, but with power to change the rules unilaterally while the game is still being played.

⁴ A repressão aqui não deve ser compreendida como uma coação, mas como uma imposição tácita, sutil.



Partindo-se do pressuposto de que o homem atual, para ser “feliz”, precisa ter poder aquisitivo e que isso só é possível com a submissão da sua força de trabalho ao sistema e, ainda sim, em dadas ocasiões, nem isso é suficiente, como podemos conceber uma “libertação” da lógica produtivista na qual estamos inseridos? Como o trabalhador poderá recuperar sua identidade como indivíduo?

Na atualidade, vive-se sob a égide do consumismo. Por um lado, isso seria positivo, uma vez que leva o homem a aumentar a capacidade produtiva, mas, por outro, é negativa, pois implica na criação de um estado de finitude existencial, onde o indivíduo busca a realização pessoal no consumo instantâneo (SOARES; SOUZA, 2018).

Associando-se ao consumo premente, tem-se a relativização do espaço, do modo de agir e até mesmo do tempo, uma vez que todos esses elementos se prestam ao propósito de corroborar com a liquefação das instituições, outrora tidas como referenciais fixos. De acordo com Soares e Souza (2018, p. 308) “as instituições, junto com seus dogmas, existem ao mesmo tempo em todo lugar, o que torna ainda mais difícil a busca pela identidade individual do homem.”. O que podemos compreender, em Bauman (2001), como a cultura do descartável.

Essa cultura da descartabilidade traz uma sensação de constante incerteza face ao futuro, o que tem levado à superficialidade das relações em todos os sentidos, seja pessoal ou profissional, e, portanto, à crise identitária. Segundo Erich Fromm (2005), a ideia comum à coletividade é de que o “ter” é a forma natural da existência humana, sendo concebida, até mesmo, como a única possível. Desse modo, quando nos deparamos com um consumo instantâneo, abreviamos o tempo de autopercepção individual, inviabilizando, ainda, a possibilidade de determinados indivíduos seguirem o ritmo imposto. Estes, alheios à racionalidade do sistema, sem poder aquisitivo, são os primeiros extirpados do contexto social.

O mencionado autor faz alusão ao desejo de possuir o carro próprio com a ratificação identitária do indivíduo na sociedade, de forma que tal aquisição implica a criação de oportunidades financeiras e até mesmo pessoais (FROMM, 2005). Quando deslocamos esse exemplo à realidade atual, podemos vislumbrar um outro momento, o desprendimento do indivíduo desses “conceitos arcaicos” do consumo clássico. Para o Durkheim (2000), a coletividade é quem determina as atitudes individuais. Logo pode-se afirmar que a crise identitária se deve ao não reconhecimento do indivíduo enquanto ente social.



Na atualidade, vende-se experiências e não apenas mercadorias. O capitalismo deixou de ser exclusivamente material, o que revela um potencial ainda maior, pois se assiste ao rompimento do modelo fordista e taylorista e, portanto, a supressão expressiva de inúmeros postos de emprego.

Observa-se, assim, a perda da capacidade aquisitiva em uma sociedade de consumo. Assim como revelado na fala do trabalhador comum no início do presente tópico, retira-se do sujeito a sua capacidade de viver, pois este já não lhe é mais possível o “ter” em nenhuma das suas acepções, seja material ou imaterial.

Nesse contexto, surge a breve reflexão: a identidade do trabalhador do século XXI é dada unicamente pelo seu poder aquisitivo e pela experiência social que a detenção de uma função remunerada lhe proporciona? Ainda podemos falar no trabalho como instituição de reconhecimento identitário do *hominis opus*?

No que se refere ao primeiro questionamento, tem-se que a lógica produtivista presente na atualidade, como bem apontado por Marcuse (2015), suscita desejos artificiais que fazem com que a sociedade se sinta compelida a adquirir bens e a se categorizar a partir deles. A ideia que tal conformação perpassa é a identificação material, o que nos leva ao segundo questionamento acima levantado.

Ao se reconhecer através dos bens adquiridos, o homem passa a descentralizar a figura do trabalho, ou seja, esta funciona como meio e não mais como figura central na sua conformação identitária. Essa cisão se coaduna com a discussão presente no contexto da pós-modernidade, qual seja, o rompimento com a previsibilidade e segurança jurídica. Temos, na atualidade, novas relações de trabalho que se apartam da concepção clássica de outrora. Isso nos faz questionar se, de fato, o trabalhador ainda possui uma identidade bem definida, já que este não dispõe da previsibilidade e segurança de outrora.

A crise identitária do trabalhador do século XXI se faz presente no comprometimento do trabalho enquanto referência, uma vez que este último também se encontra em processo de transformação. Logo, como o indivíduo consegue manter um referencial identitário em um elemento que sequer se mantém como ponto fixo?

Tal qual Alice no país das Maravilhas, mudando de tamanho a todo momento, os trabalhadores também se questionam quanto ao pertencimento identitário junto ao ofício



empreendido, uma vez que, em dadas situações, o trabalho sequer pode ser conceituado como tal.

5 CONCLUSÃO

Na racionalidade do mundo atual, podemos dizer que os trabalhadores são todos “Alices” perdidos na distopia de Lewis Carroll, uma vez que desprovidos de um referencial fixo para fins de constituição de sua identidade. Assim como foi possível notar que o próprio trabalho enquanto referência também passa por transformações nesse contexto de pós-modernidade.

O presente trabalho não tem a pretensão de findar a discussão sobre a crise identitária à qual se encontram inseridos os trabalhadores do século XXI. Ao contrário, busca suscitar mais reflexões sobre o tema, pois o que se tem percebido é a falta de questionamento do eu enquanto indivíduo.

Por grande parte da história do mundo ocidental, o homem foi concebido como um animal do trabalho. Sua identidade sempre esteve ligada ao ofício exercido. Porém, com o fenômeno da globalização, concatenado com a revolução tecnológica, vivemos um novo marco histórico de considerável complexidade.

De plano, assistimos à erosão das fronteiras físicas que limitavam e até mesmo impediam interações sociais, econômicas, culturais etc. a longas distâncias. Com a globalização e com a tecnologia, o mundo parece ter encolhido, assim como também o tempo. Tal qual preconizado por Bauman ao tratar sobre a liquidez inerente à sociedade moderna, as instituições também padecem do mesmo mal.

Isso nos leva a refletir, a priori, sobre a lógica estrutural do sistema, a qual apresentamos nos moldes da teoria de Herbert Marcuse, a Ideologia da Sociedade Industrial. O autor nos proporciona a reflexão sobre a ideologia que mantém a sociedade sob um eixo produtivo que se retroalimenta, sendo quase impossível o despertar.

A ideia avançada pelo autor é ligada à persuasão, ou seja, sem qualquer postura impositiva ou coercitiva. Suscita-se desejos artificiais e estes, por seu turno, vão se replicando



e se ratificando como se verdadeiros fossem. Em uma sociedade do consumo, assim como a que vivemos, isso tende à permanência.

Essa lógica incutida na sociedade de consumo leva a uma consequência, a identificação do indivíduo com a ordem do “ter”. Você é o que você possui. Mas o ato de acumular, em si, não seria tão danoso se não fosse o ritmo no qual isso tem acontecido. A imediatividade tem levado à descartabilidade e, por seu turno, à efemeridade de todas as relações. Isso implica, ainda, na descaracterização das instituições pela liquefação.

Ora, considerando a Modernidade como o momento histórico em que o ser humano, no mundo ocidental, dispôs de instituições referenciais fixas e dogmáticas, em virtude da previsibilidade e da segurança, com a liquefação destas, podemos vislumbrar uma perda de referencial. Assim como aconteceu com Alice no País das Maravilhas que foi submetida a diversos tamanhos em função das situações vividas. Cumpre-nos, portanto, exercer o papel da lagarta e questionar “quem és tu, trabalhador”?

A persecução de uma identidade própria deve partir do reconhecimento do homem enquanto indivíduo dotado de subjetividade, de modo que esta não pode estar ligada exclusivamente à cultura do “ter”. As experiências que nos tornam humanos não devem ser passíveis de comercialização, ainda que a tendência das práticas do capitalismo do século XXI sigam para tal.

A mitigação da previsibilidade, em vista da premência das relações laborais da atualidade, cumpre à cisão da ordem permanente concebida pelo mundo moderno ocidental. O trabalho, nesse contexto, colocado como figura central dessa sociedade passa a dispor de uma nova conformação atinente às necessidades do mercado e coadunado com o fluxo da globalização. Com isso, assiste-se a um rompimento da dogmática moderna da figura do trabalho como centro da sociedade e, conseqüentemente, à perda da identidade do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2015.





CARROLL, Lewis (pseud.). **Alice no País das Maravilhas**. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Work, Consumerism and the New Poor**. 2. ed. England: Open University Press, 2005.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

BEZERRA, Stéfani C. S. **Exército de empregados *Burnout*: a nova geração dos trabalhadores do século XXI**. 2020. 123fl. Dissertação (Mestrado em Processo e Direito ao Desenvolvimento) – Centro Universitário Christus, Fortaleza-CE, 2020.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: um estudo sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FROMM, Erich. **To Have or to Be?** London; New York: Continuum, 2005.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença**. Tradução de Ernildo Stein. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Tradução de Mônica de Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCAS, Marcilio Rodrigues. **De Taylor A Stakhanov: Utopias e dilemas marxistas em torno da racionalização do trabalho**. 2015. 483fl. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281184>. Acesso em: 14 ago. 2021.



RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, C. P. Trabalho, controle e subordinação: o taylorismo-fordismo como modo de organização da autoridade do capital no século XX. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17378>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Tradução de Marcus Santarrita. 12. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2007.

SINDSEP. **Livro traz histórias de profissionais e pessoas que tiveram que lutar contra o vírus e não puderam se isolar**. Sindsep.org [site], Notícias, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://sindsep-sp.org.br/noticias/noticias/livro-traz-historias-de-profissionais-e-pessoas-que-tiveram-que-lutar-contr-o-virus-e-nao-5873>. Acesso em: 3 set. 2021.

SOARES, J.; DE SOUZA, M. C. Sociedade de consumo e o consumismo: implicações existenciais na dimensão da sustentabilidade. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 303-318, 3 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/815>. Acesso em: 6 set. 2021.